

Aula 4

CAPITALISMO CONCORRENCIAL

META

Discutir aspectos constituintes da natureza do modo de produção capitalista em fase concorrencial.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

apreender as relações constitutivas do modo de produção capitalista;

identificar as fases do desenvolvimento capitalista.

Reconhecer as características do capitalismo concorrencial ou liberal;

reconhecer o gerenciamento científico como instrumento de controle do capital sobre o trabalho;

identificar os elementos que contribuíram para a formação do capitalismo monopolista.

PRÉ-REQUISITOS

Rever as aulas sobre: Acumulação primitiva, Ideologia liberal e Revolução Industrial.

Lourival Santana Santos
Ruy Belém de Araújo

INTRODUÇÃO

Apartir do final do século XIX, o modo de produção capitalista se tornou mundial, como bem afirmou em sua observação Karl Marx, escrita em 1848, a qual dizia que:

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. (...) No lugar da tradicional auto-suficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. (...) Com a rápida melhoria dos instrumentos de produção e das comunicações, a burguesia logra integrar na civilização até as nações mais bárbaras. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China e faz capitular até os povos bárbaros mais hostis aos estrangeiros. Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, que dizer, a se tornarem burguesas. Em suma, ela cria um mundo segundo à sua imagem e semelhança (MARX, 1998, p. 11-12).

Nesta aula vamos procurar entender as principais características do capitalismo em sua fase concorrencial.



Figuras 2, 3 - Imperador Meiji Mutsuhito com Soldados armados do império Meiji. A Era Meiji (1868-1912) promoveu reformas econômicas que eliminaram as características feudais do Japão (reforma agrária, liberação da mão-de-obra e assimilação da tecnologia ocidental), modernizando o país e preparando-o para ingressar no capitalismo. As mudanças foram empreendidas pela força do dinheiro e das armas e contaram com a associação de grandes capitalistas internacionais. (Fonte: <http://br.geocities.com>).

CAPITALISMO

O mundo constituído após as transformações ocorridas, mais intensamente no final do século XVIII e início do século XIX, inicialmente na Inglaterra, e em seguida espalhando-se pelo mundo, consolidou o capitalismo como o modo de produção dominante nas diversas formações sociais e econômicas e mundialmente, fundando “**uma economia industrial global e de uma história mundial única**” (HOBSBAWM, 1996, p. 107). No Brasil, o capitalismo em expansão determinou o fim do escravismo, estimulou a expansão da cafeicultura e os capitais europeus, em especial o inglês, e financiou a vinda de imigrantes da Europa, com o objetivo de permitir a continuidade da produção para o mercado mundial (SINGER, 1998).

Ver glossário no final da Aula

Mas o capitalismo não é uma pessoa, nem uma instituição. Não quer, nem escolhe. É uma relação social estabelecida de maneira contraditória e conflituosa entre o proprietário do capital e o vendedor de força de trabalho. Uma relação dominada pela “lógica cega, obstinada, de acumulação” (BEAUD, 1987, p. 191), que se reproduz pela extração da “mais-valia”, (diferença entre o valor pago ao trabalhador (salário) e o lucro acumulado pelo proprietário capitalista) que se produz no processo de produção e que se realiza durante a comercialização. Esse fato impõe ao modo de produção capitalista, para a materialização de sua lógica de acumulação, a constância do processo de circulação de mercadoria (produção – comercialização – consumo) e das relações sociais caracterizadas pela existência do proprietário capitalista de um lado e do trabalhador assalariado do outro de maneira ampliada.

A reprodução em escala ampliada das condições e relação de produção capitalista significa estender a circulação crescente e progressiva do capital (renovação contínua das esferas da circulação e reprodução das mercadorias) e aumentar a reprodução da classe trabalhadora em si mesma. Desse modo, o capital assegura total e amplamente seu domínio sobre a sociedade na medida em que só se limita a si mesmo, enquanto capacidade produtiva, através de suas possibilidades de se valorizar como valor. Esse movimento expansivo do capital é impulsionado pelo trabalho, força social do capital, ao se apropriar constantemente de trabalho não pago em detrimento do trabalho necessário. Neste contexto “a lei da mais-valia, forma capitalista da lei de valor, é a lei que governa a reprodução das relações capitalistas e determina suas possibilidades e limitações”. (...) E assim o capital é capital por ser trabalho acumulado, enquanto o trabalho é trabalho por ser condição de existência dos homens, embora exista como trabalho assalariado por ser condição de existência do capital (PELLANO, 1990, p. 87).



Figura 4 - Nota de Cem Reais (Fonte: <http://www.imagens.google.com.br>).

As afirmações de Peliano, citadas acima, dirigem para a necessidade de se ter clareza do que seja “capital”, elemento chave do modo de produção capitalista. Por capital, geralmente, se entende como uma riqueza ou dinheiro, porém, quando usamos o termo no contexto histórico capitalista, o significado do “capital” assume, não só o significado de “riqueza acumulada”, mas também e principalmente, de riqueza que se reinveste com o objetivo de “auto-expansão”, ou seja, capital, no capitalismo, é riqueza que se aplica para a reprodução do modo de produzir e das relações sociais capitalistas de forma ampliada, pois, o modo

de produção capitalista considerado em sua continuidade “ou seja, como um processo de reprodução, não produz apenas mercadorias, não apenas mais-valia, mas também produz e reproduz a própria relação de capital; de um lado o capitalista, de outro o trabalhador assalariado” (MARX: O Capital, I, cap. XXIII).

No modo de produção capitalista, o capital se apresenta de diversas maneiras: capital dinheiro quando o dinheiro é aplicado produtivamente; e o capital produtivo que é constituído pelas mercadorias envolvidas no processo de produção: força de trabalho, instrumento e meios de produção, conjunto que forma as forças produtivas.

Por sua vez, o capital produtivo se divide em capital constante e o capital variável. O capital constante é constituído pelo capital circulante e capital fixo. O capital circulante é aquele que, geralmente, é empregado na aquisição da matéria-prima e é utilizado uma única vez, passando a ser incorporado ao produto final (o couro, a energia, animais, o ferro, sementes, e assim por diante) e o capital fixo são as máquinas adquiridas e incorporadas ao processo produtivo e utilizadas repetidas vezes. Uma semente é usada uma só vez no processo produtivo enquanto a enxada, o arado, o trator, o computador são utilizados diversas vezes na produção.

O outro elemento do capital produtivo é o capital variável, representado pelo capital investido na aquisição da força de trabalho. A conjunção entre as diversas categorias de capital é indispensável à realização do processo de produção capitalista.



Figura 5 - Sede brasileira do Bank Boston, em São Paulo (Fonte: <http://www.arcoweb.com.br>).

Em uma sociedade dominada pelo mercado, como a capitalista, o produto do trabalho se constitui mercadorias (material produzido destinado a ser vendido no mercado, logo não se destina a ser consumido pelo produtor), que possuem valor de uso (mercadoria que satisfaz as necessidades humanas) e valor de troca (mercadoria destinada a ser trocada por outra no mercado. Cada mercadoria possui o seu valor de troca).

No capitalismo, o valor de troca de uma mercadoria varia segundo o tempo do trabalho gasto para realizar a sua produção, mas, é bom considerar que o que leva em conta não é o trabalho individual, e sim, o tempo de trabalho social necessário para produzir uma mercadoria, o que faz levar em conta o nível técnico, a organização do trabalho, as condições naturais. Em outras palavras, o valor de uma mercadoria tem que levar em consideração o capital produtivo nela empregado.

O trabalho, na sua duração, o tempo de trabalho, portanto, é o fundante de todos os preços. Isso não quer dizer que os preços sejam meramente custos de produção em salários. É preciso deixar bem claro, porque essa é uma confusão muito freqüente. O preço é uma soma de salários e de renda que são de trabalho, como lucros, juros, renda da terra, impostos. (...) Pois bem, lucros, juros, renda da terra e tributos dão direito aos seus proprietários de se apropriar de parcelas do produto do trabalho humano. Esses rendimentos não criam valor, meramente regem a repartição do valor entre as classes sociais. O valor das mercadorias, que se traduz em preços, é, em última análise, tempo de trabalho social, de trabalho inserido na divisão social do trabalho. Não gera valor o tempo de trabalho utilizado para produzir não-mercadorias, ou seja valor de uso. (ex. trabalho realizado pela dona de casa) O trabalho, despendido na divisão social do trabalho, é que dá origem a todas as mercadorias e por isso origina o valor (SINGER, 1998, p. 25-26).

Porém, o valor da mercadoria não se estabelece no processo de produção, mais sim, durante a transação mercantil, durante a troca de uma mercadoria por outra, se não for assim, o produto não tem valor de troca e sim valor de uso.

Em um modo de produção mercantil avançada, como o capitalista, a troca de mercadoria é intermediada pela “mercadoria-dinheiro” (ou capital-dinheiro), que estabelece a equivalência entre as outras mercadorias. O uso da “mercadoria-dinheiro” facilitou e acelerou a circulação de outras mercadorias, ao mesmo tempo em que dividiu a atividade comercial em dois atos: compra e venda, que se não realizados possibilitam o surgimento de uma crise econômica capitalista. A mediação das trocas de mercadoria pelo dinheiro é hoje praticada universalmente.

Ao longo da história do comércio (lembrar que a atividade mercantil foi criada com a desagregação da economia natural, que em algumas regiões do mundo antecede ao capitalismo) a mercadoria-dinheiro foi utilizada, porém, no capitalismo o uso dessa mercadoria intensificou-se através de diversas práticas criadas devido à racionalização das operações financeiras. O aparecimento de bancos e outras instituições financeiras introduziram práticas que não existiam na atividade mercantil em profundidade e em larga escala.

A modernização das transações comerciais facilitou as formas de capitalização por parte do capital, possibilitando a criação e reprodução da atividade produtiva. Mas, as condições de financiamento são bastante dificultadas para os trabalhadores, ao mesmo tempo em que eles são vítimas diretas de qualquer erro de planejamento pelo dono do capital, que se encontra, em virtude da concorrência, enfrentando desafios constantes para a sua continuidade. O fracasso do empreendimento produtivo pode levar à falência e a gerar desemprego dos trabalhadores envolvidos com aquela atividade. A intensificação do uso da “mercadoria-dinheiro” e a criação de outras formas de agilizar e facilitar a circulação de mercadoria (cheque, cartão de crédito e outras) colocou o setor financeiro como peça fundamental para o processo de acumulação capitalista.

Lembrando que a acumulação de capital, objetivo central do modo de produção capitalista, só se torna possível via a produção de excedente, que é fruto da exploração físico-temporal da força de trabalho pelo dono do capital.

No início do capitalismo, a força de trabalho foi explorada intensivamente através de longas jornadas de trabalho, que variavam entre doze a dezesseis horas. Porém, essa forma de extrair excedentes esbarrava no limite das condições de resistência humana exposta a extenuantes esforços físicos, que levavam à exaustão do trabalhador, provocando acidentes de trabalho e as freqüentes paralisações do processo produtivo em virtude da quebra de máquinas, mortes de operários e movimento paredistas, causando prejuízos ao capitalista.

Para superar os entraves impeditivos na extração de excedente via as longas jornadas de trabalho, os capitalistas procuraram aumentar a produtividade através da introdução de maneira intensificada e racional do controle dos trabalhadores (gerenciamento científico), o intensivo uso da técnica e da tecnologia no processo de produção.

O gerenciamento científico estava voltado a dar maior racionalidade à produção através de formas de controle do trabalhador sobre o tempo e forma de produção. Harry Braverman faz o seguinte comentário sobre o gerenciamento científico: “Como um cavaleiro que utiliza rédeas, bridão, esporas, cenoura, chicote e adestramento desde o nascimento para impor sua vontade ao animal, o capitalista empenha-se, através da gerência (management), em controlar” (BRAVERMAN, 1987, p. 68).

Os principais métodos e organização do trabalho na empresa capitalista, utilizados até hoje, foram o taylorismo, fordismo e o pós-fordismo. O taylorismo compreende princípios de racionalização produtivista do trabalho, elaborados pelo consultor de empresa **Frederick Winslow Taylor**, na última década do século XIX. Tem como principais características : a) concepção e planejamento do processo de trabalho é assumido pelo administrador, pois, segundo Taylor “os trabalhadores não são pagos para pensar, mas para executar”; b) intensificação da divisão do trabalho através do controle do tempo e movimentos realizados pelos trabalhadores, que deveriam efetuar parcelas simples e elementares; e, c) o controle do tempo também serve para impedir “desperdícios” por vários motivos da jornada de trabalho (CATTANI, 1997).

Ver glossário no final da Aula

Por sua vez, o fordismo compreende princípios de racionalização produtiva e de gestão elaboradas por Henry Ford, proprietário da fábrica, Ford Motor Co., que se caracteriza pela

radical separação entre concepção e execução, baseando-se no trabalho fragmentado e simplificado, com ciclos curtos, requerendo pouco tempo para treinamento e formação dos trabalhadores. O processo de produção fordista fundamenta-se na linha de montagem acoplado à esteira rolante, que evita o deslocamento dos trabalhadores e mantém um fluxo contínuo e progressivo das peças (...) (CATTANI, 1997, p. 88-89).

A realização do trabalho nas condições fordistas impõe ao trabalhador ritmos e velocidade “estranhos” à sua vontade, tornando a atividade um trabalho monótono, repetitivo e fragmentado. Segundo Ford, para atrair o trabalhador e garantir a sua reprodução, ele deveria receber um salário um pouco maior, que possibilitasse a compra de outras mercadorias. E também, o trabalhador deveria ter uma vida singela e sem “vícios”. O fordismo caracterizou o capitalismo no período posterior à segunda guerra mundial (1945).

A partir da década de setenta, em virtude da intensificação do uso de nova tecnologia e da concorrência, o fordismo sofreu profundas transformações, fazendo com que alguns teóricos passassem a definir a regulação utilizada em algumas empresas de pós-fordismo. Ocorreu, então, uma flexibilização do processo produtivo, exigindo um trabalhador mais qualificado, envolvido com a elaboração, o planejamento e a execução da produção, ao mesmo tempo em que, para conquistar a concorrência, as empresas buscaram diminuir gastos com a produção e intensificaram a substituição da força de trabalho por trabalho morto (máquinas, informatização, robotização etc.). Uma das consequências foi a dispensa de força de trabalho, gerando um grande desemprego (voltaremos ao assunto quando do estudo do capital monopolista).



Figura 6 - Ilustração representando o desemprego
(Fonte: <http://spectrum.weblog.com.pt>).

Mas todos os três modelos de regulação têm os mesmos objetivos: controlar o tempo do trabalhador, organizar o processo de produção visando alcançar maior produtividade e maior acumulação de capital. Também, as regulamentações impostas aos trabalhadores, além de buscar a produtividade, implicavam em ações que fragmentavam a classe trabalhadora, quebrando o seu poder de luta.

Articulados ao gerenciamento científico, os capitalistas buscaram, através do uso de novas técnicas e tecnologias, a ampliação da mecanização do processo produtivo. A máquina gradativamente foi substituindo o trabalhador, eliminando postos de trabalho, ao mesmo tempo em que ampliava a divisão do trabalho. O trabalho vivo realizado pela força de trabalho humana dá lugar ao trabalho morto.

A consolidação do uso da máquina no processo produtivo capitalista subtrai o trabalhador da condição de protagonista no processo produtivo para dele fazer uma peça subalterna em relação à máquina. Enquanto a máquina se torna progressivamente mais complexa e refinada, ela submete cada vez mais o trabalhador à condição de alienado no que concerne ao processo de trabalho (OHLWEILER, 1986, p. 20).

Mas, para alcançar o principal objetivo do capitalismo, a acumulação e mais acumulação de capital, não basta a extração maior de excedente, é necessário vender a mercadoria (o excedente) para poder materializar a mais-valia, fonte do lucro, da acumulação de capital. A realização da comercialização capitalista acontece em um mercado fortemente marcado pela concorrência (disputa, competição) de outros proprietários, que, também, almejam vender suas mercadorias e alcançarem maior margem de lucro.

A vitória na concorrência exige do capitalista que ele realize a produção de maneira que coloque no mercado produtos (excedentes) mais baratos e de melhor qualidade, que cativem a compra de maior número possível de consumidores. Para isso, o capitalista necessita de capital-dinheiro para comprar mercadorias (máquinas, estruturas e força de trabalho), tecnologia (conhecimentos novos ligado ao processo produtivo) e de forças externas à economia, principalmente o Estado, que garanta uma sociedade estável, alicerçada nos princípios do capitalismo, que são: o direito à propriedade privada e a lógica mercantil.

A concorrência capitalista impulsionou, a partir das últimas décadas do século XIX, a um processo de intensiva concentração e centralização de

capital que redundou na formação de monopólios, sob forma de trustes, cartéis e outras formas de empresas industriais ou financeiras capitalistas. O capitalismo entra em sua forma orgânica identificada como capitalismo monopolista e imperialista

A literatura especializada sobre o desenvolvimento capitalista, em especial de base marxista (são reflexões teóricas e políticas que têm como base os trabalhos de Karl Marx, Frederick Engels, Lênin, Trotsky, Rosa de Luxemburgo, Antonio Gramsci e outros), divide a história do capitalismo em duas fases distintas e consecutivas: capitalismo concorrencial (ou pré-monopolista) e o capitalismo monopolista.

O capitalismo concorrencial, época do domínio do liberalismo, alcança o seu auge durante os anos de 1860 a 1870. A sua superação foi marcada por revoluções e fortes crises econômicas, que marcaram o final do século XIX e o início do século XX. Para muitos estudiosos do desenvolvimento capitalista uma forte depressão econômica, do tipo: Unidade Alemã (1870), Comuna de Paris (1871 – esta revolução tentou implementar uma república socialista em Paris), Revolução Soviética (1917) e “A Grande Depressão” (1873 a 1873). “Depressão iniciou uma nova era e pôde, assim, fornecer propriamente uma data de conclusão para a antiga.” (HOBSBAWM, 1996, p. 24) e “A Grande Depressão” (1929/1930).

O capitalismo concorrencial teve como característica a existência em cada setor da economia capitalista (capital-comercial e capital-produtivo) de empresários individuais concorrendo livremente no mercado. Os capitais eram relativamente modestos e se limitavam, especialmente, atuar nos limites dos territórios nacionais (incluindo as colônias) e a sua regulação era definida pelo mercado, enquanto o Estado atuava como garantidor da propriedade privada e da livre concorrência.

Nesse espírito se desenvolve e se afirma o que se pode chamar de “utopia liberal”: propriedade, livre iniciativa e livre jogo do mercado devem assegurar o melhor mundo possível. Isso implica reduzir ao máximo possível tudo o que vem do Estado (BEAUD, 1981, p. 131).

O planejamento global era inexistente, os capitais atuavam ao sabor dos “ventos do mercado”, que não garantiam o equilíbrio entre a produção e o consumo, provocando crises sequenciais, que motivavam falências e ao mesmo tempo impulsionavam para a centralização e concentração de capitais. Os capitais frágeis ou



Figura 7 - Aspecto de Wall Street no início do século XX (Fonte: <http://farm1.static.flickr.com>).

desapareciam ou eram incorporados aos capitais mais fortes. Esse processo, no final do século XIX, foi intensificado impulsionando a formação do capitalismo monopolista e do imperialismo.



ATIVIDADES

1. Defina o que é capital no contexto capitalista.
2. Identifique as formas de capital existentes, diferenciando um do outro.
3. Explique a noção de “acumulação ampliada de capital”.
4. Identifique os meios aplicados pelos proprietários do capital para extrair maior produtividade do processo produtivo.
5. Analise as conseqüências da mecanização do processo produtivo para a classe trabalhadora.
6. Escreva sobre o gerenciamento científico.
7. Identificar os períodos do desenvolvimento capitalista.
8. Cite as principais características do capitalismo concorrencial.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Ao longo de sua história o capitalismo tem demonstrado que o seu funcionamento tem como objetivo a reprodução ampliada de capital, o que significa que é imperativo que exista uma expansão constante das relações sociais de produção capitalista e das condições que possibilitem a crescente circulação de mercadorias. O processo de acumulação de capital impõe a necessidade de renovação constante das técnicas e das tecnologias produtivas, ao mesmo tempo em que estimula a concorrência entre os capitais envolvidos no mercado. A constante transformação do processo de produção capitalista historicamente se apresenta em duas grandes etapas: a do capitalismo concorrencial e a do capitalismo monopolista.

CONCLUSÃO

Também, a época do capitalismo concorrencial foi marcada pelo domínio do pensamento liberal e pelo surgimento de pensamentos críticos ao liberalismo, como os elaborados por Karl Marx, F. Engels e M. Bakunim, e o fortalecimento e organização da classe trabalhadora manifestada na criação das organizações trabalhistas, entre elas a Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em Londres, no ano de 1864.

Calma! Não avançaremos mais. Pois, o pensamento crítico ao capitalismo, socialismo, comunismo e anarquismo, bem como a organização da classe trabalhadora serão assuntos da nossa próxima aula. E logo em seguida, trataremos do capitalismo monopolista e do imperialismo.



RESUMO

O capitalismo é um modo de produção devotado à reprodução ampliada de capital. Para isso, ele busca através da racionalização do processo produtivo, do controle da força de trabalho e da intensificação da mecanização o aumento da produção de excedente, e, logo, da extração da mais-valia, fonte básica da acumulação capitalista. Mas, para a realização dessa mais-valia é necessário que o excedente seja consumido pelo mercado, onde enfrenta a concorrência de outros capitais. A competição no mercado induziu ao capitalismo novas formas de regulamentação e incorporação de novas técnicas e tecnologias no processo de produção, e um realinhamento com os atores externos, em especial, o Estado, o que instituiu fases diferenciadas do processo de acumulação capitalista: capitalismo concorrencial e o capitalismo monopolista.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José J. de Andrade. **Revolução Industrial e Capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, Coleção Primeiros Vãos.
- BEAUD, Michael. **História do Capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BRAVEMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1987.
- CATTANI, Antonio David. **Trabalho e tecnologia**: Dicionário Crítico. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Introdução à Teoria Econômica Marxista**. São Paulo: Editora Boitempo, 1998.

DOBB, Maurice. **A evolução do Capitalismo**. 7 ed. São Paulo: Editora Zahar, 1980.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do Capital: 1848/1875**. 5 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

———. **A era dos Impérios: 1875/1914**. 3 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 17 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MARX, Karl. **O Capital: crítica à Economia Política**. 16 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Materialismo Histórico e crise contemporânea**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

———. **O Capitalismo contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1986.

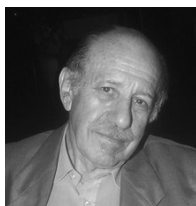
PELIANO, José Carlos. **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital**. Brasília: Editora UNB, 1990.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. 2 ed. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994.

SINGER, Paul. **O que é Economia**. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.

———. **Aprender Economia**. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.

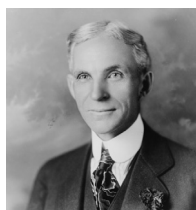
GLÓSSARIO



Paul Singer: Economista brasileiro, autor dos livros: *O que é Economia*, *Globalização e desemprego*, *A Economia Solidária no Brasil*, entre outros, esteve presente nas lutas operárias do ABC paulista na década de 70.



Frederick Taylor: Engenheiro norte-americano (1856-1915). Dedicou-se ao estudo da organização nacional do trabalho. O seu pensamento constituiu uma série de princípios como o objetivo do crescimento da produtividade, o taylorismo.



Henry Ford: Industrial norte-americano (1863-1947) inventor da linha de montagem na fabricação de automóveis. Fundou em 1903 a Ford Motor Company.